

# Caetité III

Caetité 3 Energia Renovável S.A. CNPJ nº 12.106.879/0001-30 Companhia Fechada



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,  
A Administração da CAETITÉ 3 Energia Renovável S.A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 25 de março de 2013. **A Administração.**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Notas	31/12/12	31/12/11		Notas	31/12/12	31/12/11
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	43.630	470	Fornecedores	7	187	-
Títulos e valores mobiliários	4	-	2	Empréstimos e financiamentos	8	608	-
Impostos e contribuições a recuperar	5	275	-	Impostos e contribuições a recolher	9	165	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>43.905</b>	<b>472</b>	Dividendos e juros sobre capital próprio	10	54	-
				Partes relacionadas	12	268	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Outros passivos circulantes		155	-
Títulos e valores mobiliários	4	1.583	-	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.437</b>	-
Imobilizado	6	50.944	952	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>52.527</b>	<b>952</b>	Empréstimos e financiamentos	8	41.761	-
				Partes relacionadas	12	-	1.421
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>96.432</b>	<b>1.424</b>	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>41.761</b>	<b>1.421</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social		53.062	1
				Reservas de lucros		13	2
				Proposta de distribuição de dividendos adicionais		159	-
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	10	<b>53.234</b>	<b>3</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>96.432</b>	<b>1.424</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1	-	2	(1)	-	2
Aumento de Capital	53.061	-	-	-	-	53.061
Lucro líquido do exercício	-	-	-	225	-	225
Destinações:						
Reserva Legal	-	11	-	(11)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(213)	159	(54)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	53.062	11	2	-	159	53.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Informações Gerais

A empresa Caetité 3 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., que é uma SPE 100% Força Eólica do Brasil S.A.. Caetité 3 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Caetité 3, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da Aneel em 2010. Está localizado no município de Caetité (BA), com operação prevista para o primeiro semestre de 2013. Este parque eólico conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 11,1 MW médios.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

### 2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1. - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas

internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 2.2. - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3. - Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Em 2012 as alíquotas aplicáveis do Imposto de Renda e da Contribuição Social ("IR e CS") com base no lucro real são de 25% e 9% respectivamente.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	31/12/12	31/12/11
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	-	-
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	-	-
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	-	-
Receitas financeiras	308	2
Despesas financeiras	(2)	-
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>306</b>	<b>2</b>
Imposto de renda e contribuição social	(81)	-
Corrente	(81)	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>225</b>	<b>2</b>
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$</b>		
Ordinária	0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	306	2
	<b>306</b>	<b>2</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
IR e CSLL a Recuperar	(41)	-
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	(235)	-
	<b>(276)</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	187	-
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	124	-
Partes relacionadas	(1.153)	1.421
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(40)	-
Outros passivos	155	-
	<b>(727)</b>	<b>1.421</b>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(697)</b>	<b>1.423</b>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(49.824)	(953)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.581)	-
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(51.405)</b>	<b>(953)</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento (Redução) de Capital	53.061	-
Captação de Empréstimos e financiamentos	42.201	-
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>95.262</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>43.160</b>	<b>470</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	470	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	43.630	470
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>43.160</b>	<b>470</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Continuação

### 2.4. - Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

#### a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

#### a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

#### b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

#### b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### 2.5. - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 2.6. - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

### 2.7. - Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

### 2.8. - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

### 2.9. - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

### 2.10. - Novos Pronunciamentos Contábeis

#### 2.10.1. - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) / IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) / IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) / IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 2.10.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substituiu em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substituiu requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### 3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	49	20
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	43.581	450
	<b>43.630</b>	<b>470</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

### 4 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	1.583	2
<b>Total</b>				<b>1.583</b>	<b>2</b>
Circulante				-	2
Não circulante				1.583	-

(\*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

### 5 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	28	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	12	-
Imposto sobre Serviços - ISS		235	-
<b>Total</b>		<b>275</b>	-

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

### 6 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

Em curso	31/12/12		31/12/11	
	Custo	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.066	21.066	-	-
Adiantamento a fornecedores	(a) 28.511	28.511	-	-
A reatear	(b) 1.367	1.367	952	-
<b>Total</b>	<b>50.944</b>	<b>50.944</b>	<b>952</b>	<b>952</b>

(a) O saldo é referente ao adiantamento para o contrato de fornecimento de equipamentos e serviços essenciais para a construção dos parques eólicos.

(b) A rubrica "A reatear", destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra, que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a reatear.

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>952</b>	<b>952</b>	<b>952</b>
Adições	49.992	49.992	49.992
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>50.944</b>	<b>50.944</b>	<b>50.944</b>

### 7 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Materiais e serviços	187	-
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>-</b>
Circulante	187	-

### 8 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento direto, assinado em 3 de julho de 2012, e aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 23 de agosto de 2012, destinado à construção e implantação da central geradora eólica na localidade Caetité/BA, com capacidade de 30 MW e com 15 aerogeradores G90 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos			Total
		Circulante	Circulante	Não circulante	
BNDES FINEM	TJLP + 2,18% a.a.	168	440	41.761	42.369
Subtotal - BNDES FINEM		168	440	41.761	42.369
<b>Total</b>		<b>168</b>	<b>440</b>	<b>41.761</b>	<b>42.369</b>

A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento dos juros e amortização do principal mensal, com data de início de pagamento de 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R\$ 42.200.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12	Total líquido
2014	2.638	
2015	2.638	
2016	2.638	
2017	2.638	
Após 2017	31.209	
<b>Total obrigações</b>	<b>41.761</b>	

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	-
Ingressos	440	41.761	42.201
Encargos	168	-	168
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>608</b>	<b>41.761</b>	<b>42.369</b>

### 9 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda - IR	69	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	38	-
Imposto sobre Serviços - ISS	39	-
Parcelamento de tributos	4	-
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>-</b>

A seguir é apresentada reconciliação da despesa (receita) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Acumulado			
	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	306	306	2	2
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	306	306	2	2
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<b>77</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(-) Exclusões				
Outras exclusões	(24)	-	(1)	-
	<b>(24)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social no período	53	28	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	53	28	-	-
Corrente	53	28	-	-
Recolhidos e Pagos	28	12	-	-
A pagar	25	16	-	-
	<b>53</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 10 Dividendos

	31/12/2012
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</b>	
Ações ordinárias	53.062
<b>Total</b>	<b>53.062</b>
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>	
Lucro líquido do exercício	225
Absorção de prejuízo acumulado	(1)
Constituição da reserva legal	(11)
Base de cálculo do dividendo	213
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>54</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>	
Dividendos propostos	54
A formação dos saldos é como segue:	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Propostos	54
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>54</b>

### 11 Patrimônio Líquido

Acionistas	Lote de mil ações	
	Única	%
Força Eólica do Brasil S.A.	53.062	100,00
<b>Total</b>	<b>53.062</b>	<b>100,00</b>

Acionistas	R\$ Mil	
	Única	%
Força Eólica do Brasil S.A.	53.062	100,00
<b>Total</b>	<b>53.062</b>	<b>100,00</b>

### 12 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11
		Ativo	Passivo	Resultado	
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	132	-	-	-
		<b>132</b>	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	21	-	-	-
ITAPEBI	Debêntures - Aplicação/Emissão	208	-	-	-
		<b>208</b>	-	-	-
	Dividendos	-	54	-	-
FE PARTICIPAÇÕES	Dividendos	-	54	-	-
		-	<b>54</b>	-	-
	Reembolso de despesa	-	268	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	Reembolso de despesa	-	268	-	-
		-	<b>268</b>	-	-
	Contrato de Mútuo	-	-	(35)	1.421
Neoenergia S.A.	Contrato de Mútuo	-	-	(35)	1.421

### 13 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

#### Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.